ALIMENTOS CONTAMINADOS POR AGROTÓXICOS E SEU TRATAMENTO JURÍDICO-PENAL

CARLA LILIANE WALDOW ESQUIVEL

Mestre em Direito Penal pela Universidade Estadual de Maringá. Docente do Curso de Direito da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, da Pós-graduação da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão e da Universidade Paranaense. Coordenadora do Curso de Pós-graduação em Direito da Faculdade Integrado de Campo Mourão-Pr.

Resumo: A saúde pública foi expressamente reconhecida como direito fundamental no texto magno. Igualmente são fundamentais os meios para a saúde, dentre os quais se destacam os alimentos. Em face de sua importância, o legislador criminalizou comportamentos lesivos ou perigosos à saúde pública e, em particular, as chamadas fraudes alimentares. Contudo, importa verificar se a contaminação de alimentos por agrotóxicos pode ser considerada uma das modalidades de fraude alimentar e, nesse caso, em qual dos tipos de injusto enquadra-se a conduta do agente que promoveu referida contaminação.

Palavras-chave: Saúde pública – Alimentos – Agrotóxicos – Fraude alimentar.

Resumen: La salud pública fue expresamente reconocida como un derecho fundamental por la Carta constitucional. Del mismo modo, son fundamentales los medios para la salud, entre los cuales se destacan los alimentos. En razón de la importancia de estos últimos, el legislador criminaliza los comportamientos lesivos o peligrosos para la salud pública y, en especial, los llamados fraudes alimentarios. Sin embargo, se hace necesario verificar si la contaminación de alimentos por agrotóxicos se puede considerar como una modalidad de fraude alimentario y si, en este caso, en cuáles de los tipos de injusto se adecua la conducta del agente que promueve dicha contaminación.

Palabras-clave: Salud pública – Alimentos – Agrotóxicos – Fraude alimentario.

Sumário: 1 Considerações iniciais; 2 Tratamento jurídico-penal do envenenamento de substância alimentícia; 3 Notas conclusivas.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Verifica-se que o legislador reconheceu expressamente a saúde pública como direito fundamental ao elencá-la no rol dos direitos sociais.¹ Nesse contexto, observa-se que os alimentos têm importância imprescindível para a promoção da saúde e da própria vida de toda a população. Essa alimentação, entretanto, deve ser segura, sob pena de ficarem comprometidos esses objetivos.

A despeito desses fins, ocorrem inúmeras fraudes alimentares no âmbito da saúde coletiva, com propósitos geralmente patrimoniais. Observa-se que essas fraudes se incrementam com o decorrer do tempo, sobretudo com o advento da indústria alimentar, e por conseguinte, incrementam-se os problemas de origem alimentar.

Por fraude, considera-se a mistura, intencional ou não, de materiais estranhos ao produto, que altera a sua qualidade e causa danos ao consumidor.² Implica, ademais, um engano sobre as características essenciais do produto e conduz, conseqüentemente, à fraude econômica.³

No Capítulo destinado ao tratamento jurídico-penal da Saúde Pública

¹ De acordo com José Afonso da Silva, na Constituição de 1988, a saúde foi considerado direito social, ou seja, “como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais”. Trata-se de verdadeiro direito fundamental na medida em que condiciona a efetiva fruição dos direitos fundamentais, sobretudo o direito à vida e vida com dignidade (SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional positivo*. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 289). Com a mesma concepção, FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 250. Para Herbert Cornélio Pieter de Bruyn Júnior, trata-se de garantir reais possibilidades de fruição condigna desses bens, por via dos direitos fundamentais a prestações positivas do Estado” (A proteção da liberdade e o controle sanitário. *Revista de Direito Sanitário*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 79-89, jul. 2002).

² ASSAD, E. D. et al. Identificação de impurezas e misturas em pó de café por meio de comportamento espectral e análise de imagens digitais. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, v. 37, n. 2, fev. 2002, p. 211.

³ PAIS, Antonino Doval. *Delitos de fraude alimentario: analisis de sus elementos esenciales*. Pamplona: Editorial Aranzadi, 1996. p. 225.

é possível vislumbrar - não obstante sem essa denominação - a criminalização de típicas fraudes alimentares. Conquanto os tipos de injusto não se refiram propriamente as chamadas *fraudes alimentares*, encontra-se presente, nessas condutas, o erro ou engano do consumidor a quem é ofertado ou que adquire a substância ou produto alimentício pensando possuir este determinadas qualidades, ser genuíno ou corresponder às informações constantes do próprio produto ou anunciadas pelo vendedor.⁴

O aproveitamento de alimentos deteriorados e sua modificação (v.g. cheiro, sabor, aparência) com recurso de diferentes aditivos químicos utilizados pela indústria alimentar afigura-se evidente modalidade de fraude alimentar. A informação enganosa presente no rótulo do próprio produto para que possa ser adquirido pelo maior número de consumidores, igualmente denota um comportamento fraudulento por parte do fornecedor de alimentos. Contudo, no que se refere comercialização de alimentos com resíduos de agrotóxicos em alimentos, questiona-se se seriam ou não espécies de fraudes alimentares e se, no caso, ajustar-se-iam aos tipos de injusto previstos no rol dos crimes contra a saúde pública.

2 TRATAMENTO JURÍDICO-PENAL DO ENVENENAMENTO DE SUBSTÂNCIA ALIMENTÍCIA

Dispõe o Estatuto Penal, no artigo 270, ser crime: “Envenenar água potável, de uso comum ou particular, ou substância alimentícia ou medicinal destinada a consumo”, sujeitando-se o autor da conduta à pena de reclusão, de 10 (dez) a 15 (quinze) anos. Submete-se à mesma pena quem entrega a consumo ou tem em depósito, para o fim de ser distribuída, água ou a substância envenenada (§ 1º), sendo-lhe atribuída pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, se o crime é culposo (§ 2º).

Importa consignar, de acordo com o magistério do professor Luiz Regis Prado, que o artigo sob comento, em sua primeira parte (envenenamento de água potável) foi tacitamente revogado pelo artigo 54, parágrafo 1º, da Lei n. 9.605/1998 e pelo artigo 56 da mesma lei.⁵

⁴ ALEMÁN, Myrla Linares. *Los fraudes en los alimentos*. Caracas: Instituto de Ciências Penales y Criminológicas, 1981. p. 51.

⁵ De acordo com Luiz Regis Prado, entendem-se revogadas as disposições porque, “os diversos verbos utilizados são mais abrangentes. Em seguida, devido à utilização da expressão produto ou

Subsiste o tratamento penal no que se refere ao envenenamento de substância alimentícia, tutelando-se com essa disposição, como também com as previsões subseqüentes, a saúde pública, ou melhor, a saúde da coletividade.^{6 7}

Nesse sentido, os alimentos ou produtos alimentícios podem ser definidos como toda substância, ou mistura de substâncias, em estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinada a fornecer ao organismo vivo os elementos necessários à sua formação, manutenção e desenvolvimento.^{8 9} Distintas são as concepções de substâncias e produtos alimentícios, pelo fato de que estes últimos nada mais são que o resultado de transformações da matéria-prima alimentar, através da aplicação de processos físicos, químicos ou biológicos tecnologicamente adequados e previstos na legislação alimentar.¹⁰ É através dos alimentos que é possível manter os processos vitais, razão pela qual eles não podem ser conspurca-

substância tóxica, perigosa ou nociva, que engloba os objetos materiais comentados. E, por fim, em virtude dos bens jurídicos tutelados – Saúde Pública e ambiente” (PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal brasileiro*. Parte Especial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. v. 3, p. 722). Sobre a revogação da primeira parte do disposto no artigo 270 bem como no artigo 271 pela Lei n. 9.605 de 1998 não se posiciona a doutrina, fazendo presumir que se entenda estarem as disposições em pleno vigor. Nesse sentido estão, por exemplo, COSTA JÚNIOR, Paulo José da. *Direito penal: curso completo*. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 589-592; BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: parte especial*. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 4, p. 231-233 e MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. São Paulo: Atlas, 2005. v. 3, p. 144-151.

⁶ Ou, na expressão de Paulo José da Costa Júnior, “[...] a incolumidade pública, especialmente voltada à saúde do agrupamento social” (*Direito Penal: curso completo... op. cit.*, p. 589).

⁷ Não obstante algumas legislações possam não incluir o envenenamento no rol das fraudes alimentares (a grande maioria a elenca entre estas), opta-se nessa oportunidade, por incluí-las, sobretudo por abarcarem os elementos próprios de verdadeiras fraudes.

⁸ SILVA, João Andrade. *Tópicos de tecnologia dos alimentos*. São Paulo: Varela, 2000. p. 5.

⁹ Bento de Faria definia substância alimentícia como “tudo quanto é destinado a ser comido ou bebido pelas pessoas, imediata ou mediata, principal ou acessoriamente. [...] qualquer coisa sólida ou líquida que sirva para alimentação, quer como elemento principal, quer como complementar” (FARIA, Bento de. *Código penal brasileiro*. Parte Especial (arts. 213 a 361). Rio de Janeiro: Empresa “A Noite”, 1943. v. 5, p. 333.).

¹⁰ BARBOSA, J. J. *Introdução à tecnologia de alimentos*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1976. p. 15-16. Nesse sentido, Renato Baruffaldi e Maricê Nogueira de Oliveira fazem a distinção entre alimentos naturais – os quais define como matérias-primas – e alimentos industrializados ou produtos alimentícios – aqueles obtidos após o tratamento físico e/ou químico da matéria-prima. Esclarecem, ademais, que “de acordo com o nível de mudança sofrida pela matéria-prima, ao ser transformada em produto alimentício, durante a industrialização, pode-se chamá-los de produtos sem modificação, com pequena ou ligeira modificação, com grande modificação e transformados” (BARUFFALDI, Renato; OLIVEIRA, Maricê Nogueira de. *Fundamentos de tecnologia de alimentos*. São Paulo: Atheneu, 1998. v. 3, p. 8).

dos, sob pena de trazer lesão ou perigo de lesão à saúde das pessoas.

Deve-se observar que, tratando-se de crime contra a incolumidade pública, essa substância alimentícia deve ser colocada habitualmente à disposição para uso ou consumo de indeterminado número de pessoas, e não a uma única pessoa. Se, entretanto, a substância envenenada for encaminhada a uma pessoa em particular, haverá crime de homicídio, e não crime contra a saúde pública.^{11 12}

Incrimina-se a ação de envenenar (verbo nuclear), ou seja, “misturar substância que altera ou destrói as funções vitais do organismo”¹³, ou ainda, contaminar, tornar tóxico ou colocar veneno em substância ou produto de natureza alimentícia destinada a pessoas indeterminadas. Cuidando-se de elemento normativo de natureza extrajurídica, deve tal ação ser delimitada pelo intérprete, que se valerá de conceitos químicos, bioquímicos ou, até mesmo médicos. Tocante a isso, o veneno pode ser definido como “toda substância mineral ou orgânica que ingerida no organismo ou aplicada ao seu exterior, sendo absorvida, determine a morte, ponha em perigo a vida ou altere profundamente a saúde”.¹⁴ Trata-se, portanto, de substância que, ingerida ou absorvida de alguma maneira pelo organismo, cause lesão ou pelo menos distúrbio funcional.

Incluem-se nessa definição os venenos de origem animal (animais peçonhentos), de origem vegetal (como a estricnina e o acônito), além de outras substâncias de origem química. Excluem-se dessa definição subs-

¹¹ Bento de Faria já fazia essa distinção, trazendo o seguinte exemplo: “Se um confeitiro faz doces envenenados para vendê-lo a quem queira comprá-los, incide na sanção penal em apreço. Do contrário, se fornece-os, por encomenda, a certo consumidor, cometerá o homicídio (ou tentativa), previsto no artigo 121 § 2º, III (op. cit., p. 333).

¹² Cf. PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal brasileiro*. Parte Especial... op. cit., v. 3, p. 718, 721. Em sentido oposto, Paulo José da Costa Júnior que menciona que “A pena que se aplica à conduta, e que oscila entre dez e trinta anos se ocorrer a morte, demonstra que o legislador levou em conta que, no dolo genérico da conduta, está de certa forma implícito o dolo eventual do homicídio” (*Direito Penal: curso completo...* op. cit., p. 591).

¹³ NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 754.

¹⁴ Flávio Fávero extraiu esse conceito da própria Consolidação das Leis Penais, embora, na sua opinião, fosse um conceito imperfeito (FÁVERO, Flávio. *Medicina legal: introdução ao estudo da medicina legal, traumatologia*. São Paulo: Livraria Martins, 1966. p. 387). De qualquer maneira pode ser definido como o produto que introduzido no organismo do indivíduo normal, seja suscetível de provocar alterações da saúde ou conduzir à morte (PRISTA, L. Nogueira; ALVES, A. Correia; MORGADO, Rui. *Tecnologia farmacêutica*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. p. 29).

tâncias que causem outras reações que não a intoxicação e posterior lesão ou morte. Dessa maneira, uma substância que não se enquadre nessa concepção não se ajusta ao tipo de injusto em comento. É o que ocorre com a ingestão de vidro moído, *v.g.*, que não é absorvido, mas atua mecanicamente sobre o organismo (tubo gastrointestinal), ou germes e respectivas toxinas que causem infecções.¹⁵

Pode, outrossim, ocorrer que uma substância, embora não seja considerada venenosa, porque outra é a sua finalidade e utilização, em face da quantidade aplicada ao produto cause intoxicação e leve uma ou várias pessoas a óbito. Nesse caso, conquanto tenha outra destinação, como ocorre com alguns aditivos utilizados na produção de alimentos, o produto pode ser considerado venenoso, pela intoxicação que produz, circunstância esta que deve ser comprovada.¹⁶

O mesmo não pode, por outro lado, acontecer em se tratando de substância que não tenha esse condão, independentemente da quantidade ministrada. Exemplos disso são substâncias freqüentemente utilizadas pela grande maioria das pessoas sem causar qualquer tipo de reação, as quais, no entanto, para um grupo de pessoas especiais podem ser consideradas prejudiciais à saúde, funcionando como verdadeiro veneno. Nesse grupo especial encontram-se, *v.g.*, os diabéticos, celíacos e fenilcetonúricos.¹⁷ Nesse caso poderá existir ou não responsabilidade penal, mas não pelo tipo de injusto em comento. Se o agente desconhece a especial suscetibilidade do sujeito, ou a conhece mas erra em relação às características do

¹⁵ FÁVERO, Flávio, *op. cit.*, p. 385.

¹⁶ Crimes contra a Saúde Pública. Envenenamento de substância alimentícia – Adição de sulfito de sódio à carne crua e moída – Absorção dessa substância que pode resultar dano à mucosa do aparelho digestivo (Condenação Confirmada – ACR 870703 – Origem: SP – Órgão CCCRIM 6, Rel. Luiz Betanho, data: 05/12/1990).

¹⁷ O Regulamento Técnico para Fixação de Identidade e Qualidade de Alimentos para Fins Especiais (Portaria n. 29, de 13/01/98) estabelece diretrizes para composição e comercialização de alimentos destinados a pessoas com problemas metabólicos especiais: “I) Alimentos para dietas com restrição de nutrientes: a) alimentos para dietas com restrição de carboidratos; b) alimentos para dietas com restrição de gorduras; c) alimentos para dietas com restrição de proteínas; d) alimentos para dietas com restrição de sódio; e) outros alimentos destinados a fins específicos. II) Alimentos para ingestão controlada de nutrientes: a) alimentos para controle de peso; b) alimentos para praticantes de atividades físicas; c) alimentos para dietas para nutrição enteral; d) alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares; e) outros alimentos destinados a fins específicos. III) Alimentos para grupos populacionais específicos: a) alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância; b) alimentos para gestantes e nutrízes; c) alimentos à base de cereais para alimentação infantil; d) fórmulas infantis; d) alimentos para idosos; f) outros alimentos destinados aos demais grupos populacionais específicos”.

produto, não se pode falar em responsabilidade penal, pelo menos dolosa, subsistindo eventual responsabilidade culposa.¹⁸ Se, entretanto, a conhecia, pode-se falar em crime de homicídio.

Devem ser levadas em consideração todas as circunstâncias, tais como o estado, a via de penetração, as condições pessoais do indivíduo e, inclusive, a dose ministrada.¹⁹ Desse modo, não sendo suficiente a dose de veneno para causar perigo de lesão ou de morte, mas idônea, haverá somente tentativa.

Nesse ambiente, cumpre lembrar a questão da aplicação dos agrotóxicos em alimentos. Os agrotóxicos podem ser definidos como produtos ou substâncias resultantes de processos físicos, químicos ou biológicos, aplicados na produção ou nas pastagens, destinados, sobretudo, ao controle de pragas.²⁰ Não obstante as diferentes denominações empregadas para agrotóxicos (v.g. pesticidas, praguicidas, defensivos agrícolas, produtos fitossanitários), cuida-se, no caso, propriamente, de veneno.²¹

Nesse contexto, ganham especial destaque os “resíduos de agrotóxicos ou de veneno”, definidos como as “substâncias remanescentes ou existentes em alimentos ou no meio ambiente decorrente do uso ou da presença de agrotóxicos e afins”.²²

Inúmeras são as conseqüências advindas da utilização dos agrotóxicos, podendo-se destacar os reflexos no ambiente através - v.g., do solo e água contaminada, e no próprio homem, com prejuízos à sua saúde e vida.

¹⁸ Artigo 20, *caput*, do Código Penal.

¹⁹ FÁVERO, Flaminio, *op. cit.*, p. 389.

²⁰ Nos moldes da Lei de Agrotóxicos (Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989, art. 2º), os agrotóxicos e afins podem ser definidos como “os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-la da ação danosa de seres vivos considerados nocivos”.

²¹ José Eduardo Anzaloni refere-se aos agrotóxicos como veneno: “É necessário que se promova a conscientização dos agricultores a respeito dos malefícios e benefícios dos produtos fitossanitários. Há que se ressaltar que estão trabalhando com material tóxico, que estão manipulando “veneno” capaz de prejudicar sua saúde e de seus familiares e empregados; “veneno” que pode deixar resíduos naquelas culturas que está produzindo, podendo prejudicar a saúde dos consumidores; “venenos” que podem prejudicar o solo e que, se arrastados pela erosão, podem prejudicar os mananciais, a flora e a fauna” (ANZALONI, José Eduardo. A receita do engenheiro agrônomo para o uso racional de agrotóxicos. *Revista dos Engenheiros Agrônomos*, Brasília, ano 1, n. 4, mar. 1999, p. 10-11).

²² Decreto n. 4.074/2002, artigo 1º, XLIV.

Muitos desses resultados originam-se da comercialização do agrotóxico (quando, v.g., são comercializados produtos não autorizados, ou autorizados mas sem informações a respeito da manipulação e efetiva utilização deste, constante no produto ou mencionado pelo vendedor), sua efetiva utilização (v.g., utilização sem as cautelas recomendadas, de agrotóxico não permitido) e até mesmo do descarte das embalagens (que são abandonadas ou, quando não, reutilizadas).

Advertem os estudiosos desse assunto que é impossível acabar com o uso de agrotóxicos, até porque, em algumas culturas, eles são necessários; mas sua utilização deverá circunscrever-se aos comandos normativos, e os resíduos nos alimentos só poderão ser tolerados no *quantum* indicado na legislação específica.²³

A Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989 (Lei dos Agrotóxicos) e seu Decreto n. 4.074, de 04 de janeiro de 2002, dispõem a respeito do registro dos agrotóxicos, das informações constantes nos rótulos, da propagação comercial e da efetiva comercialização dessas substâncias. Ademais, estabelecem as responsabilidades administrativa, civil e penal pelos danos

²³ Importa mencionar que, no âmbito da ANVISA, são indicados níveis máximos de contaminantes em alimentos, como ocorre, v.g., com metais pesados (Dec. n. 55.871/1965 e Portaria n. 685/1998), micotoxinas (Res. RDC n. 274/2002 e Res. CNNPA n. 34/1976), benzopireno (Res. RDC n. 281/2003) e dioxina (Res. RDC n. 81/2000). As primeiras normas a respeito de alimentos já faziam referência aos níveis máximos de contaminantes, como ocorre com o Decreto n. 55.871/1965, seguido de outras, como a Portaria 685, de 27 de agosto de 1998 (v.g. arsênio em peixes e produtos de peixes: LMT de 1,0 mg/kg, LMT em leite pronto para o consumo de 0,1 mg/kg). No Mercosul, igualmente há previsão quanto aos níveis máximos de contaminantes (MERCOSUL/GMC/RES. n. 102/1994 e 103/1994). Nessa trilha, a Portaria n. 685/1998 dispõe que “serão estabelecidos níveis máximos de contaminantes (micotoxinas, contaminantes inorgânicos, resíduos de pesticidas, medicamentos de uso veterinário e de migrantes de embalagens e equipamentos em contato com alimentos) em alimentos que constituam riscos à saúde humana tendo por base [...]” entre outros aspectos, “regulamentos técnicos que definam níveis máximos de contaminantes em alimentos no âmbito regional e/ou internacional [...]; dados e informações toxicológicas; normas, diretrizes ou recomendações da Comissão do *Codex Alimentarius*, União Européia, FDA ou outros organismos reconhecidos internacionalmente”. No que se refere à previsão de limites legais, denuncia-se que outros elementos deveriam ser utilizados, como, v.g., avaliação de fatores regionais como clima e solo, o parâmetro toxicológico em relação à IDA, bem como hábitos alimentares. Assim, “o Brasil não possui atualmente um programa nacional de monitoramento de resíduos de pesticidas em alimentos, e são escassos os dados de resíduos em alimentos prontos para serem consumidos. Dessa maneira, os LMR estabelecidos pela legislação brasileira são os únicos parâmetros disponíveis para todos os pesticidas em todas as culturas (CALDAS, Eloísa Dutra; SOUZA, Luiz César Kenupp R. Avaliação de risco crônico da ingestão de resíduos de pesticidas na dieta brasileira. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 34, n. 5, out. 2000, p. 529-537).

causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente quando da produção, comercialização, utilização e transporte de agrotóxicos.²⁴

Nesse sentido, importa destacar que a venda de agrotóxicos, nos termos do artigo 13 da lei epigrafada, somente poderá ser realizada através de receituário próprio, prescrito por profissionais legalmente habilitados. Essa previsão tem por objetivo prevenir eventuais riscos à saúde do produtor e do consumidor e ao meio ambiente, através da comercialização de produtos autorizados e da utilização orientada corretamente.²⁵

Receita errada, displicente ou indevida fornecida pelo profissional, utilização do agrotóxico em desacordo com o receituário agrônômico, comercialização sem o respectivo receituário ou em desacordo com este, acarretarão as responsabilidades indicadas na legislação especial.²⁶

Na seara penal, de acordo com o artigo 15 da Lei de Agrotóxicos, cuja redação foi alterada pela Lei n. 9.974, de 06 de junho de 2000, estará sujeito à pena de reclusão de dois a quatro anos, além de multa, “aquele que produzir, comercializar, transportar, aplicar, prestar serviço, der destinação a resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, em descumprimento às exigências estabelecidas na legislação pertinente”.²⁷

Não obstante, embora pareça simples a solução quanto à aplicação indevida e indiscriminada dos agrotóxicos, importa uma análise mais detida a respeito do tratamento penal conferido à matéria.

No que concerne a essa temática, insta destacar que a partir do advento da Lei n. 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais), e mais especificamente com a previsão do artigo 56, outra parece ser a solução a ser aplicada nessa seara. Estabelece o artigo em referência ser crime a produção, processamento, embalagem, importação, exportação, comercialização, fornecimento, transporte, guarda, depósito ou uso de “produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente,

²⁴ Entre as responsabilidades extrajurídicas previstas pela Lei n. 7.802/1989 podem ser destacadas a inutilização do produto (IV), suspensão de autorização, registro ou licença (V), cancelamento de autorização, registro ou licença (VI), interdição temporária ou definitiva de estabelecimento (VII), destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos, com resíduos acima do permitido (VIII), destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos, nos quais tenha havido aplicação de agrotóxicos de uso não autorizado, a critério do órgão competente (IX).

²⁵ ANZALONI, José Eduardo, op. cit., p. 10-11.

²⁶ Artigo 14, Lei n. 7.802/1989.

²⁷ Artigo 15 da Lei de Agrotóxicos, com redação alterada pela Lei n. 9.974, de 6 de junho de 2000.

em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos”.

Assim, em face da criminalização das mesmas condutas e da expressão substância tóxica, seria possível afirmar que a Lei dos Crimes Ambientais revogou a Lei de Agrotóxicos, e mais especificamente, o artigo 15 da Lei n. 7.802/1989.²⁸ Contudo, com a edição da Lei n. 9.974/2000, o artigo em comento ganhou nova redação, razão pela qual se discute se o artigo revogado pela Lei dos Crimes Ambientais seria alcançado pelos efeitos da repristinação.²⁹

A despeito dos diferentes pronunciamentos sobre o novo tratamento conferido à matéria a partir da Lei de 2000, considerando-se o princípio da especialidade, no que toca às condutas de produção, comercialização, transporte, aplicação, prestação de serviço, e descarte de embalagens de agrotóxicos de maneira indevida, e, portanto, apta à produção de danos consideráveis ao ambiente e à saúde da coletividade, aplica-se-lhes o artigo 15 da Lei n. 7.802/1989.³⁰ O mesmo tratamento, entretanto, não ocorrerá em se tratando de resíduos de agrotóxicos ou veneno em alimentos.

De acordo com o destacado, é tolerável a presença de resíduos de praguicidas, desde que não se mostrem prejudiciais à saúde, ou seja, quando não ultrapassarem os limites indicados na legislação sanitária. Limites excedentes, além de não serem tolerados, transformam-se em contaminantes, e não podem integrar o alimento ou o produto alimentício.

Destarte, essa conduta circunscreve-se, especificamente, à adulteração de alimentos constante no artigo 272 do Estatuto Penal. Em que pese à previsão específica, requer o tipo de injusto a comprovação da nocividade positiva ou negativa (redução do valor nutritivo do alimento ou prejuízo à saúde).

²⁸ PRADO, Luiz Regis. *Direito Penal do ambiente: meio ambiente, patrimônio cultural, ordenação do território e biossegurança* (com a análise da Lei n. 11.105/2005). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 428-229.

²⁹ PRADO, Luiz Regis. *Direito Penal do ambiente: meio ambiente, patrimônio cultural, ordenação do território e biossegurança* (com a análise da Lei n. 11.105/2005)... op. cit., p. 428-229.

³⁰ Consoante o artigo 2º da LICC, a lei revogadora de outra lei revogadora não tem efeito repristinatório sobre a velha norma abolida, senão quando expressamente mencionado pelo legislador. Contudo, nesse caso não se pode falar exatamente em revogação nem repristinação, porque não se poderia alterar uma lei revogada, o que faz com que se compreenda a validade da Lei de Agrotóxico com suas alterações e a preferência da sua aplicação no âmbito dos problemas decorrentes do uso de agrotóxicos. A respeito da matéria, conferir DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de introdução à ciência do direito*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 357.

Ocorre que, no contexto dos resíduos de agrotóxicos ou do envenenamento de substâncias ou produtos alimentícios, não há somente nocividade, mas sim, toxicidade, cujos efeitos não são apenas de prejuízo à saúde, mas de sintomas graves que podem levar até à morte.³¹

Desse modo, no que se refere aos alimentos contaminados com resíduos de agrotóxicos (utilização, *v.g.* de agrotóxicos não autorizados, aplicados sem receituário ou acima dos limites tolerados pela legislação sanitária), com conhecimento e vontade do agente, aplica-se o disposto no artigo 270, *caput*, do Código Penal, podendo aquele igualmente ser responsabilizado se se conduzir com inobservância do cuidado objetivamente exigido pelas circunstâncias.

Outrossim, não se pode falar, *in casu*, em concurso de crimes entre o artigo 270 do CP e o artigo 15 da Lei n. 7.802/1989, por ensejar inadmissível *bis in idem*.

No que se refere à consumação e tentativa do delito, aquela ocorrerá no momento e local em que se der o envenenamento da substância ou produto alimentício, ainda que não aconteça o resultado letal, posto que se trata de delito de perigo abstrato.

Verifica-se, não obstante, que certos bens são reconhecidos como merecedores de tutela, sendo incriminados determinados fatos pela simples criação de perigo à vida, integridade física ou patrimônio das pessoas. É o que ocorre com a maioria dos delitos previstos no rol dos crimes contra a saúde pública.³²

Nesse delito, em particular, o perigo concretiza-se com a simples

³¹ Para Lourival Larini e Rubens Cecchini, entende-se por intoxicação “a manifestação (clínica e/ou laboratorial) de efeitos adversos que se revelam num estado patológico ocasionado pela interação de um toxicante, isto é, de um agente químico, com o organismo. Os agentes tóxicos seriam, portanto, substâncias que provocam alterações na normal homeostase do organismo” (LARINI, Lourival; CECCHINI, Rubens. A intoxicação como fenômeno biológico. In: LARINI, Lourival. *Toxicologia*. São Paulo: Manole, 1997. p. 1). No ambiente jurídico, De Plácido e Silva esclarece que, nocivo, derivado do latim *nocivus*, *nocere* denota a idéia daquilo que faz mal, causa dano ou é prejudicial e, tóxico, do latim *toxicum* pode ser definido como veneno, “é a denominação dada a toda substância, ou a todo ingrediente que, por ser venenoso, possa produzir no organismo humano uma alteração grave, ou mesmo a morte” (SILVA, De Plácido. *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1993, v. 3, p. 243; v. 4, p. 390).

³² Em se tratando de crimes contra a Saúde Pública há, de uma maneira geral, a incidência dos delitos de perigo abstrato, ou seja, “delitos em que a própria potencialidade, idoneidade ou aptidão do objeto para produzir danos, constitui a razão da incriminação da conduta manipuladora [...]” (HASSEMER, Winfried; MUÑOZ CONDE, Francisco. *La responsabilidad por el producto em derecho penal*. Valencia: Tirant lo Blanch, 1995. p. 57).

turbação, com a mera probabilidade de produzir lesão ou diminuição do bem jurídico tutelado. O perigo, *in casu*, integra a própria conduta e é a razão da previsão legal, não sendo necessária sua efetiva ocorrência para que se concretize.³³

Dessa maneira, a prova da existência do perigo é desnecessária, bastando o envenenamento do alimento e o risco à vida ou à saúde de pessoas indeterminadas, ainda que a substância ou o produto alimentício não sejam efetivamente consumidos ou não causem dano à integridade física ou morte do consumidor.

3 NOTAS CONCLUSIVAS

De observar-se que o legislador penal não ficou alheio aos valores constitucionais e às manobras fraudulentas de fornecedores de alimentos. Em face disso, são incriminadas, através do Estatuto Penal, diferentes fraudes alimentares, sendo a primeira delas prevista no artigo 270 do Código Penal, que incrimina o envenenamento de substância alimentícia.

Nessa seara, ganha importância capital a utilização de agrotóxicos no ambiente alimentar.

Tratando-se da produção, comercialização, transporte, aplicação, prestação de serviço ou destinação de embalagens de agrotóxicos, aplica-se o disposto no artigo 15 da Lei n. 7.803/1989, por ser esta norma especial em relação ao previsto no artigo em referência. Todavia, outro será o tratamento quando forem observados resíduos de agrotóxicos em alimentos.

³³ Nos delitos de perigo, é suficiente a existência de uma “lesão potencial”. Podem estes ser divididos em delitos de perigo concreto – “o perigo integra o tipo como elemento normativo, de modo que o delito só se consuma com a sua real ocorrência para o bem jurídico, isto é, o perigo deve ser efetivamente comprovado [...] o bem jurídico sofre um perigo real de lesão” – e delitos de perigo abstrato – o perigo “constitui a *ratio legis*, o motivo que dá lugar à vedação legal de determinada conduta”. Faz parte da ação e não precisa ser provado (PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal brasileiro. Parte geral...* op. cit., v. 1, p. 257-258). Para Nelson Hungria o perigo pode igualmente ser classificado em concreto – aquele que se verifica na realidade, “dependendo de tal verificação a existência do crime” - ou abstrato – o qual “a lei presume, *juris et de jure*, inserto em determinado fato, pouco importando, assim, que se não realize [...] um perigo efetivo” (*Comentários ao código penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1959. v. 9, p. 13). Conferir também Ângelo Roberto Ilha da. *Dos crimes de perigo abstrato em face da Constituição*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 61 e ss; PAIS, Antonio Doval, op. cit., p. 270-274 e DOMÍNGUEZ, Ana Cristina Andrés. *Los delitos contra la salud pública: especial referencia al delito de adulteración y tráfico de animales* (art. 364.2). Valencia: Tirant Lo Blanch, 2002. p. 57.

Os resíduos de agrotóxicos, ao contrário do que se poderia imaginar, são tolerados no mínimo previsto pela legislação sanitária. Limites superiores aos previstos são considerados contaminantes e passam a ser tratados pelas legislações extrapenal e penal.

Alimentos com resíduos de agrotóxicos acima dos limites tolerados são considerados alimentos adulterados, razão pela qual poderiam ser enquadrados no artigo 272 do Estatuto Penal. Não obstante a previsão da adulteração que torna o produto nocivo à saúde do consumidor, aplica-se, desta vez, o artigo 270 do Código, por ser norma especial em relação àquela, ou melhor, porque há previsão específica de *envenenamento* e porque, nesse caso, não há apenas nocividade do alimento, mas toxicidade, o que sem dúvida é mais grave.

Nesse contexto, importa anotar que os tipos descritos no rol dos crimes contra a saúde pública são, em grande parte, assim como a conduta destacada, crimes de perigo abstrato. Em que pese à crítica de alguns segmentos doutrinários a respeito desse modelo de elaboração de injustos penais, não é possível considerá-los inconstitucionais. Em algumas situações, essa modalidade de construção é não só importante, mas imprescindível. É o que ocorre nos crimes contra a saúde pública e, em particular, nas denominadas *fraudes alimentares*, em face dos riscos à saúde ou à vida das pessoas na utilização de determinadas substâncias ou de sua utilização acima dos limites permitidos (efeitos imediatos ou cumulativos, como, *v.g.*, câncer).

Inevitável inconstitucionalidade haverá sempre que o legislador não delimitar corretamente a conduta indicada pelo tipo de injusto e, sobretudo, divorciar-se do bem jurídico tutelado.